cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.10 08:50:38 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 10 de novembro de 2026 • Nº 2421 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Inteligência artificial muda perfil das lideranças

PÁGINA 5

BAIXA RENDA

Aneel propõe tarifa 'hora certa' para baratear conta de energia

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propõe uma remodelagem no modelo de cobrança da conta de luz conhecido atualmente como "tarifa branca". A nova modalidade foi batizada como "tarifa hora certa" e abrange consumidores de baixa tensão residenciais, rurais, comerciais e industriais - especificamente aqueles com consumo médio mensal igual ou superior a 500 quilowatts-hora (kWh). Pelos cálculos, cerca de 5,7 milhões de unidades consumidoras de baixa tensão poderão ser abrangidas pela nova regra. O cerne do modelo é possibilitar aos consumidores o conhecimento do custo da energia por períodos do dia. Com isso, o usuário poderá pagar uma conta de luz mais barata ou mais cara, a depender do horário de seu consumo. Haverá enquadramento automático e gradual, começando pelos maiores consumidores. No primeiro momento, a partir de abril de 2028, serão incluídas as unidades com consumo médio a partir de 1.800 kWh/mês. PÁGINA 2

GOLPISTA

Donald Trump alega fraude e põe em dúvida eleições do dia 3

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, colocou em dúvida ontem, a legitimidade do resultado das eleições de meio de mandato, nas quais os republicanos perderam a maioria no Congresso. "Alguém realmente acredita que esta 'Eleição' foi honesta? Como as pesquisas poderiam estar tão erradas?", escreveu no Truth Social. Trump ainda fez alegações vagas sobre pesquisas, "despejos" de votos e "máquinas" sem fornecer evidências específicas do que isso se referia e se ele acreditava que houve erro ou irregularidade. Os democratas retomaram Senado e Câmara nas eleições da semana passada. Em entrevista ao The New York Times, Trump disse que estava "disposto a aceitar os resultados". PÁGINA 8

NOVA IDENTIDADE

Caixa anuncia novo modelo visual após quase 30 anos

A Caixa Econômica Federal apresentou, nesta segunda-feira, sua nova identidade visual, com mudanças no logotipo, na tipografia e nas cores utilizadas pelo banco. A reformulação preserva elementos tradicionais da instituição, como o nome Caixa e o característico X azul e laranja, mas aposta em um desenho mais moderno, com letras arredondadas e tonalidades mais vibrantes. A novidade faz parte de um processo de reposicionamento e modernização da instituição, que busca fortalecer sua presença nos ambientes digitais e aprimorar a experiência dos clientes nos canais de atendimento físicos e virtuais. A nova marca chega acompanhada do slogan "Vem realizar". PÁGINA 3

STF

Fachin arquiva inquérito das Fake News

ROSINEI COUTINHO/STF



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin (**foto**), determinou ontem o arquivamento definitivo do chamado inquérito das Fake News. Fachin atendeu a um pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Para a PGR, o inquérito já cumpriu o objetivo da investigação. A decisão de Fachin não anula os procedimentos investigatórios que já foram realizados desde a instauração do inquérito, em 2019. As ações penais oriundas das investigações permanecem válidas, e as investigações autônomas que estão em curso ficarão mantidas. Ao determinar o arquivamento, Fachin ressaltou que o inquérito das Fake News não pode tramitar de forma perpétua. "Não se encontra fundamento bastante para a manutenção indefinida do procedimento originário como eixo aglutinador de sucessivas linhas investigativas sem reavaliação concreta da necessidade de sua continuidade como investigação matriz", afirmou. Em setembro, Fachin retirou do ministro Alexandre de Moraes a relatoria do inquérito das Fake News, que foi aberto em março de 2019. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a abertura como forma de combater a veiculação de notícias que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. PÁGINA 7

GABRIELA HARDT

ROSINEI COUTINHO/STF



Fux reintegra juíza da Lava Jato que foi punida pelo CNJ

A juíza federal Gabriela Hardt, que sucedeu Sérgio Moro na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, foi reintegrada à magistratura por decisão do ministro Luiz Fux (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela havia sido afastada por dois anos, em agosto, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob suspeita de ter autorizado o redirecionamento de R$ 2,5 bilhões que deveriam ser destinados aos cofres públicos para a criação de uma fundação privada ligada a procuradores da finada Operação da Lava Jato. Gabriela Hardt não se manifestou sobre a decisão de Fux. O ministro suspendeu a punição de dois anos de afastamento aplicada à magistrada, que previa o pagamento de salários proporcionais ao tempo de serviço. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA (-0,58%) / 166.595,71 / -967,76 / Volume: 35.097.522.640 / Negócios: 4.657.346

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
BBDC4	13,77	–2,06	–0,29
COGN3	1,39	–2,80	–0,04
ABEV3	15,48	+1,51	+0,23
PETR4	45,95	–2,48	–1,17
CSAN3	2,50	+4,60	+0,11

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
SEQL3F	6,180	+52,22	+2,120
SEQL3	6,190	+46,34	+1,960
LUXM4F	3,70	+19,35	0,60
NUTR3F	2,60	+15,56	+0,35
ONCO3	0,870	+12,99	+0,100

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
TEND3	16,25	–17,72	–3,50
TEND3F	16,20	–16,54	–3,21
AGXY3F	0,310	–16,22	–0,060
AZUL99	0,950	–15,93	–0,180
CALI3	28,11	–14,79	–4,88

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	51.523,06	-3,44
S&P 500	7.353,73	-4,36
US Tech 100	25.936	-6,29
Euronext 100	1.900,04	+0,17
CAC 40	8.248,9	+0,87
FTSE 100	10.782,66	-0,43

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)
Taxa Selic		**CDI**	
(04/11)	13,75%	(04/11)	13,65%
TR		**OURO**	
(27/10)	0,1656%	BM&F/grama/RJ	R$ 640,21
Poupança		**EURO Comercial**	
(27/10)	0,6348%	Compra: 6,1599	Venda: 6,1605

EURO turismo
Compra 6,2350 Venda: 6,4150

DÓLAR Ptax - BC
Compra: 5,4621 -0,29%

DÓLAR comercial
Compra: 5,4879 Venda: 5,4885

DÓLAR turismo
Compra: 5,5222 Venda: 5,7022

MERCADOS

Bolsa volta aos 172 mil pontos, no pico do dia, com exterior pró-risco

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) terminou o primeiro pregão da semana com mais uma recuperação, acompanhando o movimento pró-risco no exterior que também ajudou na alta das bolsas americanas e outros mercados emergentes. O movimento aconteceu na esteira do tombo forte do petróleo, que contribui para uma expectativa de menor pressão inflacionária. Um cenário de inflação mais controlada pode, potencialmente, exigir uma postura menos dura dos bancos centrais, com juros mais baixos no horizonte - um cenário favorável para as ações globalmente.

O petróleo Brent para janeiro fechou em queda de 5,85%, a US$ 92,57 o barril, distante das máximas acima dos US$ 100 o barril. O tombo aconteceu depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, minimizou no fim de semana a possibilidade de novos ataques americanos ao Irã. Há ainda relatos de que o governo americano permitiu o enriquecimento de urânio no país persa, segundo o jornal Al Arabiya.

Com esse pano de fundo, o principal o Índice Bovespa (Ibovespa) ganhou força bem perto do fim dos negócios e fechou na máxima do dia, em 172 236,05 pontos (+2,22%). A queda do petróleo pesou sobre as ações da Petrobras, que impediram uma alta maior do Ibovespa. Ainda assim, as demais blue chips encerraram em firme valorização, impulsionando o índice. Em Nova York, o EEM, maior ETF ligado a mercados emergentes, avançou 2,87%.

DÓLAR

A cautela com a condução da política fiscal no Lula 4 limitou o fôlego do real ontem, marcada por apetite ao risco no exterior e desvalorização global da moeda americana. Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, com viés de alta, o dólar passou a operar em terreno negativo na reta final da sessão, em sintonia com máximas do Ibovespa e mínima do euro.

A moeda americana terminou o dia cotada a R$ 5,5056 (-0,06%), na faixa de R$ 5,50 no fechamento pelo segundo pregão consecutivo. A divisa já avança 1,13% em novembro, após ganhos de mais de 5% em outubro. No ano, o avanço é modesto (0,30%).

BAIXA RENDA

Aneel propõe tarifa 'hora certa' para baratear energia

POR RENAN MONTEIRO

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propõe uma remodelagem no modelo de cobrança da conta de luz conhecido atualmente como "tarifa branca". A nova modalidade foi batizada como "tarifa hora certa" e abrange consumidores de baixa tensão residenciais, rurais, comerciais e industriais - especificamente aqueles com consumo médio mensal igual ou superior a 500 quilowatts-hora (kWh).

Pelos cálculos, cerca de 5,7 milhões de unidades consumidoras de baixa tensão poderão ser abrangidas pela nova regra. O cerne do modelo é possibilitar aos consumidores o conhecimento do custo da energia por períodos do dia. Com isso, o usuário poderá pagar uma conta de luz mais barata ou mais cara, a depender do horário de seu consumo.

Haverá enquadramento automático e gradual, começando pelos maiores consumidores. No primeiro momento, a partir de abril de 2028, serão incluídas as unidades com consumo médio a partir de 1.800 kWh/mês. Na segunda fase, a partir de abril de 2029, será a vez dos consumidores com consumo médio a partir de 1.000 kWh/mês. Na última etapa, a partir de abril de 2031, serão enquadradas as unidades com consumo a partir de 500 kWh/mês.

As unidades de baixa renda e desconto social ficarão fora da "tarifa hora certa", independentemente da quantidade consumida. Também ficarão excluídas as unidades de iluminação pública e aquelas submetidas ao pré-pagamento. Já os consumidores com consumo menor que 500 kWh/mês não serão incluídos de forma automática, mas poderão aderir voluntariamente.

Pela proposta, antes da mudança, o consumidor deverá ser notificado previamente pela distribuidora. Depois disso, deverá receber uma conta informativa, sem efeito de cobrança, por no mínimo três ciclos de faturamento. É essa conta informativa que servirá para mostrar quanto seria pago na Tarifa Hora Certa em comparação com a tarifa atual.

Após a entrada, quem quiser sair desse modelo poderá pedir a migração para a chamada "tarifa plana temporária" (diferenciada), com valor único em qualquer horário, superior ao da tarifa convencional. Essa opção valerá por dois anos, contados do início de cada etapa de enquadramento.

A Tarifa Hora Certa também deverá alcançar as unidades com micro ou minigeração distribuída, como painéis solares, pela proposta. Se for aprovada nos termos da área técnica, entrarão no enquadramento automático aquelas que consomem ou injetam na rede, em média, a partir de 500 kWh/mês, apurados na mesma janela de 12 meses.

"As unidades que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica com pedido de conexão feito a partir de 90 dias após a publicação da nova norma serão incluídas na Tarifa Hora Certa sem opção de saída, independentemente do consumo", informou a Aneel, como trecho da proposta.

A mesma regra valerá para as novas estações de recarga de veículos elétricos para exploração comercial. "É importante ressaltar que os horários exatos e os valores cobrados não serão necessariamente iguais em todo o país. Eles dependem das regras e tarifas aplicáveis à distribuidora responsável pelo fornecimento de energia ao consumidor", ponderou a Aneel.

2026

Magazine Luiza registra prejuízo de R$ 10,7 milhões no 3º trimestre

JÚLIA PESTANA/AE

O Magazine Luiza registrou prejuízo líquido de R$ 10,7 milhões no terceiro trimestre de 2026, revertendo o lucro de R$ 84,6 milhões apurado em igual período do ano passado. O resultado foi pressionado por efeitos não recorrentes e pelo aumento das provisões para perdas com crédito.

Desconsiderando os efeitos extraordinários, a varejista obteve lucro líquido ajustado de R$ 13,9 milhões, queda de 34,6% na comparação anual.

A diretora de Relações com Investidores do Magalu, Vanessa Rossini, destaca que o aumento das provisões está relacionado à transferência da carteira de crédito direto ao consumidor do varejo para a nova financeira da companhia.

Segundo ela, a empresa adotou critérios mais conservadores, incluindo a provisão integral dos créditos renegociados, mesmo daqueles com pagamentos em dia. "Acreditamos que uma parte dessa provisão deve voltar para o resultado ao longo dos próximos trimestres", afirmou em entrevista à Broadcast (Sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

A receita líquida alcançou R$ 8,94 bilhões, recuo de 0,9% ante o terceiro trimestre de 2025. Já o Ebitda ajustado somou R$ 710,1 milhões, praticamente estável em relação aos R$ 711,4 milhões de um ano antes, com margem de 7,9%.

O desempenho operacional refletiu o avanço de 10% nas vendas das lojas físicas, enquanto o e-commerce registrou retração de 9,8%. No total, as vendas da companhia, incluindo o marketplace, somaram R$ 14,6 bilhões, queda de 3,6% na comparação anual.

Parte do crescimento das lojas físicas foi impulsionada pelo fechamento de unidades de uma concorrente, que abriu espaço para o Magalu ganhar participação de mercado.

A executiva destacou que a aceleração das vendas ganhou força principalmente em setembro, último mês do trimestre, e ainda teve impacto limitado sobre o resultado. "Acho que ela afetou um pouco o trimestre, mas ainda não é um reflexo muito grande no resultado", afirmou.

Para Rossini, o novo ritmo de crescimento deverá se refletir mais adiante na rentabilidade operacional e na geração de caixa. A margem bruta avançou 0,1 ponto porcentual, para 31,6%, beneficiada pelo crescimento das receitas de serviços.

Na frente financeira, as despesas líquidas ajustadas somaram R$ 482,6 milhões, redução de 1,1% na comparação anual, favorecida pela queda dos gastos com juros de empréstimos e antecipação de recebíveis.

Os investimentos somaram R$ 194,7 milhões no terceiro trimestre, recuo de 29% na comparação anual. A maior parte dos recursos foi destinada à tecnologia, que respondeu por 81% do total, enquanto os aportes em lojas físicas caíram 50%.

O Magalu encerrou setembro com uma posição de caixa total de R$ 5,7 bilhões, após gerar R$ 332,5 milhões em caixa operacional no trimestre.

FRIGORÍ

JBS: lucro líquido cai 71,7% no 3º trimestre para US$ 164 milhões

LEANDRO SILVEIRA/AE

A JBS registrou lucro líquido atribuível aos acionistas de US$ 164 milhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 71,7% em relação aos US$ 581 milhões apurados em igual período do ano passado, informou a companhia ontem. A receita líquida ficou praticamente estável, em US$ 22,7 bilhões, ante US$ 22,6 bilhões um ano antes, enquanto o Ebitda ajustado recuou 35,6%, para US$ 1,18 bilhão. A margem Ebitda caiu de 8,1% para 5,2%. O lucro por ação foi de US$ 0,15, ante US$ 0,52 no terceiro trimestre de 2025.

O desempenho refletiu um ambiente operacional mais desafiador em diferentes unidades de negócio da companhia. Pelo critério US GAAP, o Ebitda ajustado consolidado foi de US$ 1 bilhão, recuo de 38,3% na comparação anual. O resultado operacional ajustado pelo mesmo padrão contábil somou US$ 597 milhões, queda de 53,2%

O fluxo de caixa livre ficou negativo em US$ 167 milhões no trimestre, ante resultado positivo no mesmo período do ano passado, uma redução de US$ 551 milhões na comparação anual. Segundo a companhia, o desempenho foi explicado principalmente pela queda de US$ 653 milhões no Ebitda ajustado e pelo maior consumo de capital de giro no Brasil, especialmente pelo aumento dos estoques de grãos e de carne de frango da Seara na Europa, além da formação de estoques de carne bovina da JBS Brasil destinados aos embarques para a China no quarto trimestre.

A alavancagem líquida encerrou setembro em 3,54 vezes, em dólares, ante 2,39 vezes um ano antes. A dívida líquida totalizou US$ 19,3 bilhões, enquanto a liquidez total alcançou US$ 8,2 bilhões. O prazo médio da dívida ficou em 14,4 anos, com custo médio de 5,8% e mais de 95% da dívida contratada a taxas fixas. A companhia informou que não possui vencimentos relevantes nos próximos cinco anos.

No acumulado dos nove primeiros meses do ano, o lucro líquido atribuível aos acionistas somou US$ 283 milhões, queda de 82,4% em relação aos US$ 1,61 bilhão registrados em igual intervalo do ano passado. A receita líquida avançou 8,1%, para US$ 68,2 bilhões, enquanto o Ebitda ajustado caiu 26,8%, para US$ 3,74 bilhões.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

BALANÇO

Riachuelo tem lucro líquido de R$ 85 milhões no terceiro trimestre de 2026

JÚLIA PESTANA/AE

A Riachuelo registrou lucro líquido de R$ 85 milhões no terceiro trimestre de 2026, crescimento de 61,3% em relação a igual período do ano passado. O resultado foi impulsionado pelo avanço das vendas de vestuário, pela melhora das margens e pela redução do custo da dívida, em meio à estratégia de transformação do negócio iniciada em 2023.

A receita líquida somou R$ 2,5 bilhões, alta de 3,5% na comparação anual. Já o Ebitda alcançou R$ 405 milhões, crescimento de 7,9% e recorde para um terceiro trimestre. A margem Ebitda avançou 0,7 ponto porcentual, para 16,2%.

A margem líquida também apresentou melhora, passando de 2,2% para 3,4%, avanço de 1,2 ponto porcentual. Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, o lucro líquido acumulado atingiu R$ 560 milhões.

Em entrevista à Broadcast (Sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente da Riachuelo, André Farber, atribuiu a evolução dos resultados à combinação entre crescimento das vendas, ganhos de rentabilidade e melhorias na estrutura de capital.

O principal motor dos resultados foi a operação de vestuário, que completou o 13º trimestre consecutivo de crescimento das vendas mesmas lojas, indicador que considera unidades em funcionamento há pelo menos um ano. A alta foi de 6,5%, abaixo dos 7,3% registrados no terceiro trimestre de 2025.

Apesar do crescimento, Farber reconheceu uma desaceleração das vendas e apontou um ambiente de consumo mais desafiador, diante dos juros altos, da inflação e do endividamento das famílias. "Continuamos com consistência na nossa estratégia, com resultados bons, mas está olhando o cenário macro com cautela", afirmou.

O executivo também destacou a concorrência das plataformas internacionais, que, segundo ele, operam com custos inferiores aos das varejistas brasileiras.

"O consumidor não tem uma demanda infinita, ele faz uma substituição. Quando ele tem um produto mais barato que não paga imposto, ele pode fazer, sim, uma substituição."

A receita líquida de vestuário cresceu 8%, para R$ 1,6 bilhão. A margem bruta da categoria alcançou 58,1%, alta de 0,8 ponto porcentual em um ano e o maior nível já registrado pela companhia para um terceiro trimestre.

Foi a 12ª expansão trimestral consecutiva do indicador, sustentada, segundo a varejista, pela evolução das coleções, pela maior assertividade comercial e pela gestão de estoques.

Com isso, o Ebitda da operação de mercadorias cresceu 8,9%, para R$ 279 milhões. A margem Ebitda do segmento avançou 1,2 ponto porcentual, para 15,4%, maior nível para um terceiro trimestre nos últimos 12 anos.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

Logotipo

Caixa tem nova identidade visual após quase 30 anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

DIVULGAÇÃO CAIXA

A Caixa Econômica Federal apresentou, nesta segunda-feira, sua nova identidade visual, com mudanças no logotipo, na tipografia e nas cores utilizadas pelo banco.

A reformulação preserva elementos tradicionais da instituição, como o nome Caixa e o característico X azul e laranja, mas aposta em um desenho mais moderno, com letras arredondadas e tonalidades mais vibrantes.

A novidade faz parte de um processo de reposicionamento e modernização da instituição, que busca fortalecer sua presença nos ambientes digitais e aprimorar a experiência dos clientes nos canais de atendimento físicos e virtuais. A nova marca chega acompanhada do slogan "Vem realizar".

Segundo a Caixa, o projeto foi desenvolvido com base em pesquisas qualitativas e quantitativas para compreender a percepção da marca entre clientes e diferentes públicos.

A última mudança significativa na identidade visual do banco foi em 1997, quando foi lançado o X azul e laranja.

LOGOTIPO

Uma das principais novidades está no desenho do nome Caixa. A instituição passa a utilizar uma tipografia chamada unicase, na qual letras maiúsculas e minúsculas apresentam a mesma altura. As formas mais curvas foram adotadas para transmitir proximidade e modernidade.

O tradicional X, principal símbolo visual do banco, também foi redesenhado. As hastes azul e laranja foram preservadas, mas ganharam novas proporções e maior profundidade.

De acordo com a instituição, o azul representa solidez e segurança, enquanto o laranja está associado à diversidade e à brasilidade. O encontro das duas cores simboliza a integração entre as dimensões social e comercial da Caixa.

NOVO APLICATIVO

A modernização também deve alcançar os serviços digitais. A Caixa anunciou o desenvolvimento do Novo App Caixa, que deverá reunir produtos e serviços atualmente distribuídos entre diferentes aplicativos da instituição.

Entre as funcionalidades previstas estão a abertura de contas totalmente digitais, a Conta On!, destinada a jovens de 8 a 17 anos, a integração de benefícios sociais por meio da Plataforma do Cidadão e o programa de fidelidade UAU.

O aplicativo também deverá concentrar opções de crédito, investimentos e informações financeiras dos clientes por meio do Open Finance.

A instituição prevê ainda a utilização de inteligência artificial para oferecer serviços mais personalizados, seguros e intuitivos.

MUDANÇAS

A nova identidade visual começou a ser adotada em 11 agências distribuídas pelas cinco regiões do país.

Entre as unidades está a agência conceito do Conjunto Nacional, localizada na Avenida Paulista, em São Paulo. O espaço será reaberto ao público na quarta-feira (11), com a nova identidade.

A substituição da marca nas demais unidades ocorrerá gradualmente, acompanhando obras de modernização, intervenções e manutenções programadas. A previsão é concluir a implantação em toda a rede até 2030.

A Caixa tem aproximadamente 24,6 mil pontos de atendimento, incluindo agências, postos de atendimento, casas lotéricas, correspondentes Caixa Aqui, unidades móveis e agências-barco. A instituição está presente em mais de 97% dos municípios brasileiros.

EM 165 ANOS

Fundada em 1861, durante o reinado de Dom Pedro II, a Caixa Econômica Federal completou 165 anos de história em 2026. Ao longo desse período, a instituição adotou dez versões de sua identidade visual.

Investimentos

BC divulgará lista de empresas aptas a operar com criptoativos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir desta segunda-feira, os cidadãos poderão verificar no Banco Central (BC) quais instituições podem prestar serviços relacionados a ativos virtuais, como criptomoedas.

A consulta está disponível no site da autoridade monetária e permite a checagem de quais entidades estão autorizadas a atuar nesse mercado ou já iniciaram o processo para obter autorização.

A medida busca dar mais transparência ao setor e facilitar a identificação de prestadores de serviços que seguem as regras estabelecidas pelo regulador.

DOIS GRUPOS

- Empresas em processo de autorização: sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais (SPSAVs) que já protocolaram pedido para funcionar junto ao Banco Central.
- Instituições já autorizadas: bancos e outras instituições financeiras que têm autorização do BC para funcionar e comunicaram que estão aptas a oferecer serviços com ativos virtuais.

A distinção é importante: uma empresa que aparece na primeira relação não necessariamente que já recebeu autorização definitiva do Banco Central. Ela está identificada porque apresentou o pedido de autorização e pode operar conforme as regras aplicáveis ao processo.

ATIVOS VIRTUAIS

Ativos virtuais são representações digitais de valor que podem ser negociadas ou transferidas eletronicamente. As criptomoedas, como bitcoin e ether, são exemplos conhecidos desse tipo de ativo.

O mercado também inclui serviços relacionados a esses ativos, como compra, venda, troca, transferência e custódia, atividade que consiste em guardar ou administrar os ativos digitais em nome de clientes.

As empresas que oferecem esses serviços são chamadas de prestadoras de serviços de ativos virtuais. A atuação delas no Brasil é disciplinada pela Resolução 520/2025 do Banco Central.

ATUALIZAÇÃO

Segundo o Banco Central, as informações serão atualizadas periodicamente. A relação das prestadoras de serviços de ativos virtuais deverá refletir a situação dos processos de autorização.

A lista de instituições financeiras será ajustada conforme o recebimento de novas comunicações sobre entidades aptas a oferecer esses serviços. Com a iniciativa, o BC busca ampliar a transparência e facilitar o acesso a informações sobre quem atua no mercado regulado de ativos virtuais no país.

2026

TIM regista queda de 7,8% no lucro líquido do 3º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

A TIM apresentou queda de 7,8% no lucro líquido normalizado do terceiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, chegando a R$ 1,113 bilhão.

A operadora italiana ampliou o faturamento nas suas principais linhas de negócio - internet móvel, fixa e serviços empresariais - obtendo melhora no seu resultado operacional.

Ainda assim, o lucro foi menor por conta do aumento das despesas financeiras. Outro fator que pesou foi a base de comparação mais difícil, uma vez que o lucro no terceiro trimestre de 2025 teve um pico devido a ganhos fiscais no período.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) normalizado cresceu 7,6% no trimestre, para R$ 2,917 bilhões. A margem Ebitda melhorou 0,7 ponto porcentual, indo a 52,4%.

O indicador no critério 'normalizado' exclui uma série custos que a TIM classifica como não recorrentes. Entre eles aparece o ajuste contábil no preço de aquisição da I-Systems. Houve também despesas de R$ 7,8 milhões com consultoria para projetos estratégicos.

Colocando esses custos na conta, o lucro líquido teve uma queda mais acentuada, ficando em R$ 991 milhões, retração de 18%, enquanto o Ebitda somou R$ 3,486 bilhões, uma alta de apenas 0,5%.

A receita líquida teve expansão de 5,3% no trimestre, chegando a R$ 7,069 bilhões.

"Tivemos resultados e consistentes em todas as linhas do negócio", avaliou o presidente da TIM, Alberto Griselli. O executivo destacou que a receita manteve trajetória de crescimento refletindo principalmente o desempenho dos setores de planos pós-pagos, avanço da banda larga fixa (TIM Ultrafibra), vendas de produtos e a maior contribuição de frentes como internet das coisas (IoT) e publicidade móvel.

MÓVEL E FIXO

Na mesma base de comparação anual, a receita com serviços móveis avançou 4%, para R$ 6,451 bilhões. Aqui, a receita de pós-pago cresceu 4,1% enquanto a de pré-pago recuou 4,2%.

A TIM afirmou que o pós-pago foi apoiado pela expansão de 4,1% na sua base de clientes, com 292 mil adições líquidas no trimestre. Em termos de preços, a operadora explicou que os reajustes aplicados ao longo do ano também contribuíram para a evolução das receitas. No entanto, há uma maior intensidade competitiva, especialmente no primeiro semestre, o que levou a maiores descontos para retenção de clientes e pressionou os preços de aquisição.

Já a receita pré-paga apresentou a menor contração anual dos últimos trimestres, refletindo principalmente iniciativas de monetização, como ajustes nas ofertas para estimular maior gasto por cliente, além do lançamento da oferta de R$ 40 em determinados DDDs.

A receita de venda de produtos cresceu 6%, para R$ 188 milhões, puxada por frentes de negócios B2B, enquanto a receita de aparelhos permaneceu praticamente estável no período.A receita do segmento fixo subiu 30,1%, para R$ 430 milhões, puxada pelo avanço da TIM Ultrafibra, além do efeito da consolidação da empresa de tecnologia e inteligência artificial V8.Tech.

A linha de "outras receitas" cresceu 18,2%, para R$ 313 milhões, puxada por receitas de IoT e compartilhamento de infraestrutura

CUSTOS E DESPESAS

Os custos operacionais 'normalizados' aumentaram 3,9%, para R$ 3,368 bilhões. Já os custos reportados (incluindo impacto do reajuste na aquisição da I-Systems) tiveram alta de 10,% no período, para R$ 3,583 bilhões.

A TIM também informou que a provisão para devedores duvidosos (PDD) cresceu 30%, para R$ 249 milhões - devido a um evento de inadimplência entre seus clientes corporativos, conforme já reportado no balanço anterior. Apesar da alta na comparação anual, a tele ponderou que houve recuo de 5,9% ante segundo trimestre.

O resultado financeiro gerou uma despesa líquida de R$ 525 milhões no trimestre, 18,0% maior na comparação anual.

Nota

COPASA DIVULGOU LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE R$ 339,2 MILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2026

A Copasa divulgou lucro líquido ajustado de R$ 339,2 milhões no terceiro trimestre de 2026, o que representa uma queda de 6,0% ante os R$ 360,8 milhões do mesmo período de 2025. Pelo critério contábil, o lucro líquido somou R$ 335,7 milhões, recuo de 7,0%. O Ebitda ajustado subiu 14%, para R$ 828,4 milhões, com margem de 40,8%, ante 39,3% um ano antes. O ajuste considera principalmente a despesa não recorrente de R$ 5,1 milhões com uma apólice de seguro contratada no âmbito da oferta pública de ações. A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos somou R$ 2,03 bilhões, alta de 9,8%. Segundo a companhia, o avanço se deve ao efeito tarifário médio de 6,56% a empresa.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONTRATAÇÃO Nº 15/2027

O Pregoeiro **PEDRO PAULO GONCALVES BAPTISTA ALVES NUNES** convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão nº 15/2027** no dia **23/11/2026 às 13h. Objeto: Aquisição de Medicamentos - Geral VI** (FLUNARIZINA, DICLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO; GLICERINA CLISTER 12% FRS 500ML; ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20 MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML e etc). Processo nº 33409.009179/2026-74. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletronico 250057.32/2025

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO COM COMODATO (ARTROSCOPIA, SISTEMA DE OSTEOTOMIA TIBIAL E SISTEMA DE OSTEOTOMIA FEMURAL) - (04 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.013109/2024-68.** Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 19/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

Comércio Externo

Filipinas suspendem importação de carne suína brasileira por 60 dias

O Departamento de Agricultura das Filipinas anunciou ontem uma medida de salvaguarda comercial que restringe, por 60 dias, as importações de produtos de carne suína e miúdos de diversos países fornecedores, entre eles o Brasil.

Segundo o ministério brasileiro da Agricultura e Pecuária (Mapa), a medida decorre de investigação preliminar das autoridades filipinas sobre os efeitos do aumento das importações na produção local.

"O Mapa acompanha a implementação da medida, em especial a data de início, os volumes autorizados e seus possíveis efeitos sobre as exportações brasileiras", informou a pasta.

As Filipinas são o principal destino das exportações brasileiras de carne suína in natura, com vendas de US$ 530,9 milhões e 222,7 mil toneladas entre janeiro e setembro de 2026. O número representa cerca de 21% do valor total do produto exportado pelo Brasil no período (US$ 2,5 bilhões).

NEGOCIAÇÕES

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) informou que já está em tratativas com o governo brasileiro e participará da missão às Filipinas liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda nesta semana, para buscar eventual reversão da medida ora anunciada e a continuidade dos embarques dos produtos potencialmente afetados.

Lula viajará à Manilla, capital das Filipinas, para estreitar o relacionamento do Brasil com o Sudoeste Asiático. Ele participará como convidado da Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), no dia 15 de novembro.

A ABPA defende que a determinação de qualquer medida observe "critérios técnicos, de transparência e de proporcionalidade".

"O Brasil é atualmente o principal fornecedor de carne suína para as Filipinas e têm apoiado no fornecimento de proteína de qualidade e acessível à população filipina, especialmente nos últimos anos em que surtos de peste suína africana diminuíram substancialmente a produção local", disse a entidade, reforçando que já apresentou defesa técnica dentro do processo de salvaguarda no final de outubro.

CEFET/RJ
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 284/2026 – UASG 153010

OBJETO: contratação de serviços contínuos de vigilante patrimonial armado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no Campus Nova Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.000306/2026-74. **TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 1 (um). **EDITAL:** 10/11/2026, das 9h às 17h, no site https://www.gov.br/compras. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 10/11/2026, às 9h, no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 26/11/2026, às 10h, no site www.gov.br/compras. **Nova Iguaçu, 10 de novembro de 2026. Luís Felipe de Freitas Leite – Pregoeiro.**

PRIMAVERA: Sol e nuvens durante o dia. Noite nublada com possibilidade de garoa. Manhã Tarde Noite 23º 13º 65% 05:13 18:25

CÂMARA MUNICIPAL

Vereador preso por ligação com empresa do PCC pede licença

LÓREN SOUZA/AE

O vereador de São Paulo Senival Moura (PT), preso duas vezes por suspeita de gestão financeira de empresa ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), pediu licença, por um mês, da Câmara Municipal para "tratar de assuntos particulares". Ele está preso preventivamente desde o dia 28 de outubro.

O pedido foi apresentado e lido na Câmara na última terça-feira. No período, o suplente Manoel Del Rio (PT) assume a vaga.

Em nota, a defesa de Senival Moura afirmou discordar da decisão judicial, "por entender que a medida extrema não encontra fundamentação concreta suficiente para justificar a privação de sua liberdade".

Senival Moura foi preso duas vezes no âmbito da operação Última Parada e é apontado como gestor financeiro da Transunião, empresa de ônibus investigada por supostamente ser utilizada em um esquema de lavagem de dinheiro e infiltração do PCC no sistema de transportes da capital paulista.

A primeira prisão do vereador relacionada ao caso ocorreu em 25 de junho deste ano. Depois de 40 dias, ele foi solto. Na época, ao voltar às funções na Câmara Municipal, alegou que não tinha envolvimento com o caso. Em 28 de outubro, ele voltou a ser preso preventivamente.

Manoel Del Rio assumiu o cargo na quarta-feira, 4, e ficará até o fim do período de licença. Depois de sua posse, afirmou estar "contente e orgulhoso" de voltar à Câmara e que vai trazer experiências e vivências de fora para o mandato.

"Vou trazer para cá as experiências e as aspirações das pessoas com quem eu trabalho, nos bairros que eu passo, dos sem teto, de todas as pessoas do município.

ONG

Prefeitura rompe contrato com produtora de Dark Horse

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A Prefeitura de São Paulo decidiu encerrar unilateralmente o contrato que havia firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização não governamental da produtora do filme *Dark Horse*. A entidade tinha sido contratada para prestação de serviços de wi-fi gratuito na capital.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da cidade de São Paulo pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

O Instituto Conhecer Brasil é gerido pela jornalista e empresária Karina Ferreira da Gama, que também é dona da Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme biográfico *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o documento que foi publicado em Diário Oficial, a rescisão foi motivada principalmente pela decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os repasses da gestão do prefeito Ricardo Nunes ao ICB.

"A medida decorre de circunstância superveniente e externa à Administração e à execução ordinária da parceria, consistente na suspensão judicial de atividades econômicas ou financeiras da OSC e de pagamentos oriundos de contratos com o Poder Público", diz o documento.

Em maio, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e a Polícia Civil já haviam aberto uma investigação sobre o acordo firmado entre a prefeitura e o Instituto Conhecer Brasil.

O contrato firmado entre as partes previa a implantação, operação e manutenção de 5 mil pontos de acesso à rede de wi-fi pública em comunidades da capital paulista pelo prazo de 12 meses.

Segundo as investigações, os 5 mil pontos deveriam ser instalados até junho de 2025, mas apenas 3,2 mil foram instalados até este momento e três aditivos alteraram a data de entrega total do serviço.

A Agência Brasil procurou a produtora e a secretaria para comentarem a rescisão do contrato, mas até este momento não obteve retorno.

ALERTA

Volta da covid: hospitais privados relatam alta de casos da doença

ANA MAGALHÃES/AE

A cidade de São Paulo registrou aumento nos casos de síndromes respiratórias associadas à Covid-19 nas últimas semanas, segundo relatos de hospitais e dados da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP). Entre janeiro e esta segunda-feira, foram contabilizados 356 casos da doença, 104 internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e 46 mortes na capital paulista.

Segundo a rede Beneficência Portuguesa de São Paulo, foram registrados 28 casos confirmados de SARS-CoV-2 em outubro, sete em setembro e três em agosto.

Apesar do aumento em relação aos meses anteriores, o número foi inferior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando foram contabilizados 32 casos em agosto, 70 em setembro e 33 em outubro.

No Hospital Santa Catarina-Paulista, foram registrados 98 casos positivos em outubro, contra 57 em setembro e 18 em agosto.

Já o Hospital Nove de Julho informou que houve, no início de novembro, um aumento inesperado na demanda assistencial, acima do padrão habitual para o período, devido ao crescimento dos casos de síndromes respiratórias.

"Esse cenário impactou o volume de atendimentos no pronto-socorro, as internações e, consequentemente, a taxa de ocupação hospitalar", disse em nota ao Estadão.

O painel de monitoramento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), da SES-SP, atualizado nesta segunda-feira, mostrou o aumento dos casos de covid-19 a partir da segunda quinzena de outubro.

O Estadão entrou em contato com a SES-SP e com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e aguarda retorno.

COMUNICADO

Nesta segunda-feira, uma escola particular da zona oeste de São Paulo enviou um comunicado aos pais e familiares para alertar sobre os cuidados preventivos diante do aumento de casos da doença.

A COVID-19 pode apresentar sintomas leves, mas também causar complicações, especialmente em pessoas mais vulneráveis. Por isso, a atenção aos primeiros sinais e a adoção de medidas preventivas continuam sendo fundamentais", diz o texto.

Procurado pelo Estadão, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEEESP) informou não ter recebido relatos de alertas semelhantes em outras instituições.

Fiocruz aponta aumento de covid-19 em estados brasileiros

Na semana passada, um relatório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) indicou o crescimento de casos de síndromes respiratórias causadas pela covid-19 em cinco estados brasileiros.

O estudo InfoGripe, que traz as informações semanalmente, relatou que os Estados do Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina são os que mais apresentam crescimento de casos de covid.

O relatório informou, ainda, que além do vírus Sars-CoV-2, outros dois vírus têm sido responsáveis pelo aumento dos quadros de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG): o metapneumovírus e rinovírus. Os resultados são referentes à última semana de outubro, de 25 a 31 do mês passado.

Ainda conforme o relatório, nas quatro últimas semanas monitoradas pelo instituto, 4,2% dos casos registrados foram de influenza A, 4,7% de influenza B, 10,1% de vírus sincicial respiratório, 50,1% de rinovírus e 8,5% de Sars-CoV-2. Entre os óbitos, cerca de 43% dos casos estavam relacionados ao rinovírus e 24,1% de covid-19.

Números em SP são menores comparados a 2025

Desde o início do ano, foram registrados 1.375 casos da doença, 440 internações em UTIs e 195 mortes em todo o Estado. Desse total, cerca de 26% das confirmações, 24% das internações e dos óbitos correspondem à capital paulista.

Os números são inferiores aos registrados no mesmo período de 2025. Na cidade de São Paulo, foram contabilizados, entre janeiro e o início de novembro, 1.123 casos, 387 internações em UTIs e 187 mortes.

Em todo o Estado, foram 4.338 casos, 1.402 internações e 745 óbitos.

Em 2026, foram aplicadas 1.335.844 vacinas contra a covid-19 no Estado, sendo a maioria em crianças menores de um ano.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2º (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 154ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 154ª emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do "*Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Da Série Única Da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Impacto Bioenergia Alagoas S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 18 de novembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da "*Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira*" ("CPR-F") e, consequentemente, a não realização do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de encaminhamento das Demonstrações Financeiras do Devedor e dos Avalistas Pessoas Jurídicas, prevista na Cláusula 11.2, item (xviii), da CPR-F, observado o disposto na Cláusula 8.2, item (i), da CPR-F; (ii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, da CPR-F, disposto na Cláusula 8.1, item (i), da CPR-F, e do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Despesas, prevista na Cláusula 14.4 do Termo de Securitização. Consignando – se o prazo adicional de 10 (dez) dias corridos, contados da data de realização da AGT, para que o Devedor e/ou os Avalistas promovam a recomposição do Fundo de Despesas até o Valor do Fundo de Despesas correspondente a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos da Cláusula 14.4 do Termo de Securitização, preservadas as demais obrigações previstas nos Documentos da Operação. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora ficam autorizados a praticar os atos e celebrar os instrumentos estritamente necessários à implementação das matérias efetivamente aprovadas, observados o escopo e os limites das deliberações, sem que tal autorização implique renúncia a direitos ou assunção de obrigações adicionais não expressamente deliberadas. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "AGT – CRA IMPACTO 154", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 10 de novembro de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora"), **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª (quadragésima terceira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização*", celebrado em 04 de maio de 2023 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem **em 2ª (segunda) convocação**, para a Assembleia Especial de Investidores, que **será realizada no dia 23 de novembro de 2026, às 16:30h (quatro horas e meia)**, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma *Teams*, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AEI"): **(i)** aprovar a inclusão de previsão de que eventual substituição dos Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização) possa ser requerida pela RTDR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88.330-063, inscrita no CNPJ sob o nº 09.222.901/0001-00 ("Devedora"), a qualquer tempo, desde que os novos recebíveis observem os mesmos critérios de elegibilidade aprovados na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 07 de agosto de 2026 ("AEI Anterior"), a saber: (i) poderão ser performados ou não performados; (ii) para fins de verificação de inadimplência, serão considerados exclusivamente os inadimplementos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias; e (iii) deverão ser considerados para fins de composição da Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), sem necessidade de que os referidos Recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão, observado que, caso a Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo cumprida, não haverá necessidade de substituição e/ou inclusão de novos Recebíveis, mas tão somente a liberação dos atuais Recebíveis; **(ii)** aprovar a substituição dos seguintes Recebíveis: (a) MAR.2103; (b) MAR.2603; (c) MAR.2803; (d) MAR.3301; e (e) MAR.37013, pelos seguintes novos recebíveis: (a) LAT.1502; (b) LAT.4701; (c) LAT.1602; e (d) LAT.1001, com a consequente substituição do Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização), sendo certo que o referido anexo passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; **(iii)** aprovar a possibilidade para que os CRI que não se enquadrem na definição de "CRI em Circulação" sejam cancelados, sem liquidação financeira mediante a retirada das respectivas quantidades do ambiente da **B3 – BOLSA, BRASIL, BALCÃO**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM para prestação de serviços de custódia de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 e a correspondente baixa nos registro dos Escriturador dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização); **(iv)** aprovar a contratação, pela Emissora, do escritório **PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), para atuar como assessor legal, nos termos da proposta constante do Anexo I da ata de assembleia, cujos custos serão suportados com os recursos do Patrimônio Separado, para celebração de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item acima. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail af.assembleias@oliveirastrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI — CRI embraed 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo:a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Titulares de CRI, nas páginas da Emissora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Emissora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo – SP, 05 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 148ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série única da 148ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 "*Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio, Em Série Única, Da 148ª (Centésima Quadragésima Oitava) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização S.A., Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Pela Gencau São Paulo – Indústria E Comércio De Ingredientes Alimentícios S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em primeira convocação, a realizar-se no dia 04 de dezembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação de um Evento de Inadimplemento, nos termos na Cláusula 5.2.1, item (i), do "*Instrumento Particular De Escritura Da 1ª (Primeira) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Gencau São Paulo - Indústria E Comércio De Ingredientes Alimentícios S.A.*" ("Escritura de Emissão de Debêntures") em virtude do eventual não cumprimento, no prazo, das exigências do cartório, em relação ao registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques, bem como dos seus 1º (primeiro) e 2º (segundo) aditamentos, perante o RGI da cidade de Tambaú, no estado de São Paulo, pela Devedora, conforme obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 4.1 do "*Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Estoque E Outras Avenças*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques") (ii) Caso aprovado o item "i" acima, conceder o prazo adicional a ser definido na data da assembleia, para o cumprimento das obrigações referidas. Sendo certo que, enquanto não concluído o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques no cartório competente, o cálculo da Razão de Garantia considerará exclusivamente os Direitos Cedidos, representados pelos Direitos Creditórios Boletos e pelos recursos depositados na Conta Vinculada, e pelo Valor de Estoque referente ao Local de Armazenamento de Medicilândia, no estado do Pará, sendo desconsiderado, para este fim, o Valor de Estoque referente ao Local de Armazenamento de Tambaú, no estado de São Paulo. Fica autorizado que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos necessários, bem como celebrem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação acima, conforme aplicável. Fica consignado que, caso haja decisão administrativa ou judicial determinando que o RTD de Tambaú/SP (em vez do RGI de Tambaú/SP) tem competência para o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques em Tambaú/SP, a Devedora deverá protocolar o Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques (e seus aditamentos) para registro junto ao RTD de Tambaú/SP, e encaminhar os respectivos documentos devidamente registrados no prazo a ser definido na data da assembleia. Nesse caso: **(i)** não haverá configuração de descumprimento da obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 4.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques, na Escritura de Emissão de Debêntures e/ou no Termo de Securitização; e, **(ii)** uma vez que o registro seja obtido junto ao RTD de Tambaú/SP, a obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 4.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Estoques será considerada cumprida para todos os fins, não havendo recurso dos Titulares dos CRA contra a Devedora nesse sentido. Os Titulares dos CRA declaram estar cientes de que o registro perante o RTD, em substituição ao registro no RGI, conforme originalmente previsto nos Documentos da Operação, poderá acarretar riscos jurídicos quanto à oponibilidade, eficácia e/ou exequibilidade da garantia perante terceiros, assumindo tais riscos exclusivamente para fins da presente deliberação, sem que tal aprovação constitua precedente ou renúncia a quaisquer direitos previstos nos Documentos da Operação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA GENCAU (148) observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 05 de novembro de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM TRÊS SÉRIES, DA 152ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Três Séries da 152ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 15.4 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 152ª Emissão, em 3 (três) séries, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Colmeia Like Empreendimentos Imobiliários Ltda.*", celebrado em 28 de novembro de 2025 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 30 de novembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Aprovar a alteração da Cláusula 15.1 do Termo de Securitização que passará a vigorar com a seguinte redação ***15.1.*** *Os Titulares dos CRI poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial, que poderá ser individualizada por série dos CRI ou conjunta, de modo presencial, exclusivamente digital ou parcialmente digital, nos termos da Resolução CVM 60 e da Lei nº 14.430, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares dos CRI, observado o disposto nos itens abaixo **15.1.1.** Quando a matéria a ser deliberada se referir a interesses específicos a cada uma das séries dos CRI,* ***(a)*** *alterações nas características específicas das respectivas séries, (1) Data de Vencimento dos CRI da respectiva série desde que não seja para a antecipação do fluxo atual da operação; e , será realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI individualizada por série, sendo computado os quóruns de convocação, instalação e deliberação de forma individualizada. **15.1.2.** Quando a matéria a ser deliberada abranger assuntos distintos daqueles indicados acima, então será realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI conjunta entre todas as séries dos CRI, sendo computado em conjunto os quóruns de convocação, instalação e deliberação.* **(ii)** Aprovar a alteração da remuneração dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 3ª Série da 152ª Emissão da Emissora ("CRI da 3ª Série") e, consequentemente, das notas comerciais da 3ª Série que lhes servem de lastro, emitidas pela Devedora nos termos do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Três Séries, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da Colmeia Like Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.", celebrado em 28 de novembro de 2025 ("Termo de Emissão"), de modo que a remuneração vigente da 3ª Série, correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), a título de atualização monetária, acrescida de juros remuneratórios de 10,90% (dez inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, passe a corresponder à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa (spread) de 5,00% (cinco por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("CDI + 5,00%"), sendo certo que a nova remuneração produzirá efeitos a partir de 25 de novembro de 2026, permanecendo aplicáveis as condições de remuneração atualmente vigentes até 24 de novembro de 2026, inclusive. Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT- CRI LIKE 152", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo:a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Considera-se a data de publicação a mesma da publicação do jornal.

São Paulo, 06 novembro de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 24º 18º 65% 05:03 18:13

PRIMAVERA: Céu nublado com possibilidade de chuva de dia e à noite.

GUARATIBA

Menina de 3 anos morre após ser baleada pela irmã

Uma menina de 3 anos morreu na manhã do domingo, após ser baleada acidentalmente pela irmã, de 5 anos, na residência da família em Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro. A arma utilizada no incidente, uma pistola, pertencia ao pai das crianças, que possui registro como Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC).

De acordo a Polícia Militar (PM), os pais relataram que dormiam quando foram despertados pelo som do disparo. Ao correrem para o quarto das crianças, encontraram a caçula ferida. A irmã mais velha afirmou aos familiares que manuseava o armamento como se fosse um brinquedo.

A criança foi socorrida pelos próprios pais e levada de carro para o Hospital Municipal Rocha Faria, em Campo Grande. O hospital diz que a menina deu entrada em parada cardiorrespiratória e, apesar dos esforços da equipe médica, não resistiu. O corpo foi transferido para o Instituto Médico-Legal (IML) Afrânio Peixoto, no Centro.

Equipes do 27º BPM (Santa Cruz) foram acionadas para o hospital para verificar a ocorrência. O caso está sob a responsabilidade da Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), que realizou perícia no local do disparo e ouviu os depoimentos dos pais. A arma foi apreendida pela polícia.

DOENÇA

Saúde repassa R$ 524 mil para conter casos de sarampo no Amazonas

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Saúde autorizou o repasse de R$ 524 mil para fortalecer ações de vacinação, vigilância e bloqueio da transmissão de casos de sarampo em três municípios do Amazonas: Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. A portaria foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

De acordo com o texto, o montante será transferido, em parcela única, do Fundo Nacional de Saúde para os respectivos fundos de saúde municipais. Cada ente beneficiário deverá comprovar a aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão.

No último sábado, a pasta realizou uma mobilização conjunta de vacinação contra o sarampo em municípios da chamada tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. No lado brasileiro, a ação aconteceu nos três municípios contemplados pela portaria e também em São Paulo de Olivença (AM).

A estratégia, realizada em parceria com os governos locais, teve como objetivo ampliar a proteção diante do avanço do sarampo nas Américas, incluindo em países vizinhos ao Brasil. A proposta é intensificar a vacinação em portos, comunidades ribeirinhas e áreas indígenas.

CENÁRIO

O Brasil permanece livre da circulação endêmica do sarampo desde 2024. Em 2019, o país chegou a registrar mais de 20 mil casos.

ESPECIAL

Inteligência artificial muda perfil das lideranças

e amplia demanda por qualificação profissional

POR REDAÇÃO

A expansão da inteligência artificial e as mudanças nas exigências do mercado de trabalho estão transformando as carreiras de liderança e levando empresas e executivos a rever suas estratégias de qualificação. Em 2026, pesquisas internacionais apontam que o domínio de tecnologias, a capacidade de adaptação e a gestão de pessoas passaram a ocupar espaço nas decisões de contratação e desenvolvimento profissional. O movimento ocorre em diferentes setores da economia, à medida que organizações incorporam ferramentas de automação e análise de dados às atividades de gestão.

Segundo o Corporate Recruiters Survey 2026, realizado pelo Graduate Management Admission Council (GMAC), com mais de 620 recrutadores e responsáveis por contratações, a comunicação foi considerada essencial por 64% dos entrevistados. A resolução de problemas apareceu em seguida, com 62%, enquanto a adaptabilidade foi mencionada por 60%. O levantamento também identificou uma valorização dos conhecimentos em inteligência artificial, tecnologia e análise de dados entre as competências procuradas pelas empresas.

A transformação acompanha as projeções do Fórum Econômico Mundial. De acordo com o relatório Future of Jobs 2025, aproximadamente 39% das habilidades utilizadas pelos trabalhadores deverão passar por mudanças ou se tornar ultrapassadas até 2030. O estudo também aponta que sete em cada dez empregadores consideram o pensamento analítico uma competência essencial, seguido pela resiliência, flexibilidade e capacidade de liderança.

Nesse contexto, a experiência profissional continua relevante, mas passa a ser acompanhada pela necessidade de atualização. Para gestores, compreender o funcionamento de ferramentas tecnológicas envolve não apenas sua utilização, mas também a avaliação de custos, riscos, produtividade e impactos sobre as equipes.

Formação executiva ganha espaço nas estratégias das empresas

A necessidade de desenvolver competências também aparece nos investimentos em educação corporativa. O Workplace Learning Report 2025, publicado pelo LinkedIn, revelou que 49% dos profissionais de aprendizagem e desenvolvimento entrevistados afirmaram que os executivos de suas organizações demonstravam preocupação com a falta de habilidades necessárias para executar as estratégias empresariais.

O mesmo levantamento identificou que 71% das organizações classificadas como referência em desenvolvimento de carreira oferecem treinamentos de liderança. Entre as empresas com programas de desenvolvimento mais estruturados, 51% se declararam em estágio de liderança ou aceleração na adoção de inteligência artificial generativa, contra 36% daquelas com iniciativas menos desenvolvidas.

A discussão também envolve o papel das instituições de ensino na preparação dos profissionais. Em estudo divulgado em outubro de 2026, o GMAC identificou que empregadores buscam profissionais capazes de compreender as limitações da inteligência artificial e utilizá-la de maneira ética.

"Os empregadores querem profissionais que compreendam os limites da IA e consigam aplicá-la de forma ética", afirmou Andrew Walker, diretor de Comunicação Setorial do GMAC e autor do relatório, em tradução de declaração publicada pela instituição.

Para Till Leopold, responsável pela área de Trabalho, Salários e Criação de Empregos do Fórum Econômico Mundial, as transformações tecnológicas exigem investimentos em capacitação. "Este é o momento de empresas e governos trabalharem juntos, investirem em competências e construírem uma força de trabalho mais equitativa e resiliente", declarou, em tradução de comunicado da entidade.

As projeções indicam que o avanço nas carreiras de liderança dependerá cada vez mais da combinação entre conhecimento técnico, capacidade de decisão e gestão de equipes. Nesse cenário, cursos executivos, especializações e programas de educação continuada passam a integrar as estratégias de profissionais que pretendem assumir ou permanecer em cargos de gestão.

PEXELS



PESQUISA

Nível de conhecimento e prevenção ao câncer de próstata cai no país

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Um levantamento realizado pelo A.C.Camargo Cancer Center em parceria com a Nexus, Pesquisa e Inteligência de Dados, mostrou que, em 2026, 56% dos homens afirmam que não sabem como prevenir o câncer de próstata. O resultado é 12 pontos percentuais a mais do que o apurado em 2024, quando 44% responderam a mesma coisa.

Segundo os dados da pesquisa "a saúde do brasileiro, hábitos de vida e o uso de tecnologia em diagnósticos médicos", de 2024 para 2026, a parcela dos homens que dizem saber como prevenir a doença passou de 36% para 35%. Entretanto, quem dizia saber "mais ou menos" passou de 17% para 8%, enquanto quem afirma não saber subiu de 44% para 56%.

A pesquisa deste ano mostra que o desconhecimento é ainda maior entre os mais jovens: 71% dos brasileiros de 16 a 24 anos não sabem como previnir o câncer de próstata, percentual que diminui conforme a idade avança e atinge 45% dos 60+. O levantamento ouviu 977 homens, dentro da amostra total de 2.015 pessoas em todo o país.

A pesquisa foi divulgada aproveitando o período do Novembro Azul, mês dedicado à conscientização sobre a saúde do homem, com destaque para a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de próstata. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), esse é o tipo de câncer mais incidente entre os homens no Brasil representa 30,5% de todos os casos de câncer diagnosticados no sexo masculino.

LOCALIDADES

No interior o percentual de desconhecimento é 58% e quando se refere a homens com ensino fundamental fica em 59%, chegando em 47% entre os que chegaram ao ensino superior. Nas demais regiões o desconhecimento é ao menos 15 pontos percentuais maior: 61% no Sul, 62% no Nordeste e 65% no Norte e Centro-Oeste. O Sudeste é a única região onde a porcentagem dos que dizem saber como prevenir (46%) é igual à dos que dizem não saber (46%).

EXAME DE TOQUE

De acordo com o levantamento, houve queda na intenção de fazer o exame de toque, utilizado para diagnóstico precoce do câncer de próstata. O percentual passou de 61%, em 2024, para 48%, em 2026. Entre os homens que dizem não pretender fazer o exame o número passou de 30% para 38%.

A adesão é maior entre os homens com mais de 60 anos (64%), com ensino superior (63%) e que usam a rede particular ou plano de saúde (58%, contra 45% no Sistema Único de Saúde - SUS). A recusa se concentra entre os de 16 a 24 anos (57%). Entre quem sabe prevenir, 65% fazem ou pretendem fazer o toque; entre quem não sabe, 41%.

"Cabe às instituições e ao sistema de saúde levar informação a quem está distante dela. A ressonância magnética é mais acurada, mas é cara e não está disponível em muitas regiões. Por isso, o exame de toque isolado, apesar de menos efetivo, segue importante", ressaltou o líder do Centro de Referência em Tumores Urológicos do A.C.Camargo Cancer Center, Stênio Zequi.

Segundo o médico, o ideal para chegar a um diagnóstico correto é combinar o toque ao exame de sangue PSA e à história clínica e familiar. Quem tem casos na família ou é afrodescendente deve iniciar as consultas entre 40 e 45 anos. Os demais podem começar aos 50 anos.

"O câncer de próstata se inicia na juventude e leva de duas a quatro décadas para se estabelecer nos homens mais velhos. A prevenção não é dirigida apenas para a próstata, mas sim para o dono da próstata como um todo", disse Zequi.

MENSTRUAÇÃO

Girl Up Brasil lança almanaque para adolescentes

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Com o objetivo de inspirar conversas e transformar conhecimento em ação, a organização não governamental (ONG) Girl Up Brasil lançou no final de outubro o *Almanaque de Saúde Menstrual - Livres Para Menstruar*, com informações completas sobre tudo o que é preciso saber antes da primeira menstruação, estratégias para falar do assunto na escola e na família, além de um passo a passo para cuidar das dores físicas e emocionais e até um diário menstrual para ajudar no autoconhecimento e facilitar as consultas médicas.

Para elaborar a publicação, a Girl Up Brasil ouviu 200 adolescentes de norte a sul do país e entrevistou em profundidade 33 pessoas, incluindo ginecologistas, pesquisadores, psicólogos, fisioterapeuta pélvica, educadora e outros profissionais.

"Apesar de tão comum, essa é uma questão ainda pouco presente nas conversas e pouco valorizada até nas consultas médicas", diz a Girl Up Brasil, movimento que conecta, inspira e forma meninas para liderarem transformações sociais em seus territórios.

De acordo com a gerente de projetos da Girl Up Brasil, Munah Malek, desde 2020 a organização vem trabalhando na perspectiva de compreender a menstruação e as dores menstruais por meio das pré-adolescentes e adolescentes que participam do movimento e que se envolvem falando de seus corpos em primeira pessoa.

"Tem importância gigantesca os adolescentes falarem sobre como suas dores são invisibilizadas, o seu desconhecimento sobre a menstruação, a falta de amparo na menarca (primeira menstruação). E a partir daí, o que seria um guia sobre saúde menstrual, acabou se tornando um almanaque com 200 páginas, em linguagem jovem, tirando as dúvidas que elas têm", disse.

Munah explicou que A Girl Up Brasil é um movimento para conectar, inspirar e formar meninas para serem líderes pela justiça social a partir de suas próprias vozes. Já foram apoiadas mais de 2.500 meninas, organizadas em mais de 250 clubes em todos os estados do Brasil.

"Esse trabalho contribuiu para a elaboração de mais 50 projetos de lei, que já impactaram mais de 18 milhões de pessoas em todo o país", afirmou.

STF

Pedido para arquivar inquérito das fake news não anula condenações

HUGO HENUD/AE

O pedido de arquivamento do inquérito das fake news, apresentado ontem pela Procuradoria-Geral da República (PGR), não significa o fim das investigações originadas nesses autos e que ainda estão em andamento. Também não atinge as ações penais que surgiram ao longo dos sete anos de tramitação do caso no Supremo Tribunal Federal (STF). A apuração, conduzida até setembro pelo ministro Alexandre de Moraes, se conectou a uma série de procedimentos que ganharam tramitação própria, alguns dos quais resultaram em condenações.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, encaminhou um ofício ao presidente do STF, Edson Fachin, defendendo o encerramento da investigação, aberta de ofício pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli, em março de 2019, para apurar ameaças e ataques contra ministros do tribunal. O caso foi distribuído diretamente ao gabinete de Moraes, sem sorteio, em um procedimento incomum para os padrões da Corte. Fachin assumiu a condução do inquérito em setembro, após retirar a relatoria de Moraes, e agora terá de decidir se acolhe o pedido da PGR.

Para o criminalista Renato Vieira, o encerramento do inquérito das fake news não impede que as investigações relacionadas a ele continuem em andamento. Segundo o advogado, isso vale mesmo que o caso seja arquivado por ter se prolongado demais ou por já ter cumprido sua finalidade. "Via de regra, o encerramento de uma determinada investigação, ainda que dela tenham sido instauradas outras, não influencia no andamento das demais", afirma.

A condução do inquérito por Moraes foi alvo de questionamentos desde os primeiros anos. Em 2020, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recorreu ao STF após receber relatos de advogados que tiveram dificuldades para acessar os autos da investigação. Dois anos depois, a entidade voltou a cobrar providências para garantir o acesso das defesas às provas. O ministro afirmou, na ocasião, que os pedidos haviam sido analisados e que o direito dos advogados estava assegurado. O próprio STF validou a abertura do inquérito em junho de 2020, por dez votos a um.

Vieira ressalta, porém, que eventuais irregularidades identificadas no inquérito das fake news poderiam afetar outras investigações que utilizaram suas provas. Isso ocorreria, por exemplo, se fosse reconhecida a falta de imparcialidade de Moraes ou a utilização de provas obtidas ilegalmente. Nesses casos, seria necessário avaliar se as irregularidades também comprometeram os demais processos.

A possibilidade de questionamentos sobre provas compartilhadas ganha importância diante do alcance que o inquérito das fake news adquiriu ao longo dos anos. Inicialmente voltada a ataques contra ministros do STF, a investigação passou a apurar também a disseminação de notícias falsas contra outras instituições democráticas, incluindo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e atingiu Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados.

Em um balanço divulgado pelo STF em abril deste ano, o próprio Moraes relacionou 13 inquéritos conectados à investigação original, incluindo apurações sobre as manifestações de 7 de Setembro de 2021 e a divulgação, por Bolsonaro, durante uma transmissão ao vivo, de informações sigilosas de uma investigação da Polícia Federal sobre um suposto ataque hacker ao TSE.

Entre as principais investigações conectadas ao inquérito das fake news está a das milícias digitais, aberta em 2021. Também conduzida por Moraes, a apuração aproveitou provas reunidas no inquérito original e em outros procedimentos para investigar a atuação de uma suposta organização criminosa estruturada em núcleos de produção, financiamento e disseminação de desinformação contra as instituições.

O inquérito das milícias digitais, por sua vez, abriu caminho para outras frentes de investigação, entre elas a apuração sobre a chamada Abin paralela, que investigou o uso irregular da estrutura de inteligência do governo para monitorar adversários políticos.

Essa rede de investigações se ampliou após os ataques de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes. Novas apurações foram abertas para identificar os responsáveis pelos atos, incluindo financiadores e articuladores, e passaram a aproveitar provas reunidas nos procedimentos anteriores.

Como mostrou o Estadão, esse encadeamento se tornou a espinha dorsal da acusação contra Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. A PGR reuniu provas colhidas em diferentes investigações, incluindo o inquérito das fake news, para sustentar que os ataques de 8 de Janeiro representaram o ponto culminante de uma articulação destinada a reverter o resultado das eleições de 2022 e impedir a continuidade do governo Lula. A denúncia levou à abertura de uma ação penal em março de 2025 e à condenação de Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão, em setembro daquele ano.

Bolsonaro não foi o único a enfrentar uma ação penal alimentada por provas dessas investigações. O ex-deputado Daniel Silveira também foi condenado, em abril de 2022, a oito anos e nove meses de prisão, em um processo relacionado tanto ao inquérito das fake news quanto à investigação sobre os atos antidemocráticos de 2020. Esta última havia sido arquivada em julho de 2021, mas a ação penal contra Silveira continuou em andamento e resultou em sua condenação no ano seguinte.

O criminalista Marcelo Crespo, coordenador do curso de Direito da ESPM, explica que condenações como as de Bolsonaro e Silveira não são afetadas pelo eventual arquivamento do inquérito das fake news, mesmo que os processos tenham utilizado provas reunidas na investigação. Isso porque, após o recebimento da denúncia, a ação penal passa a tramitar de forma independente. "O arquivamento de um inquérito que deu origem a uma persecução penal [...] não extingue essa ação penal, nem invalida eventual condenação", afirma.

A decisão de retirar o inquérito das fake news de Moraes ocorreu em setembro, em meio à crise envolvendo o Banco Master. A mudança aconteceu após o ministro André Mendonça levantar o sigilo de um relatório da Polícia Federal com mensagens encontradas no celular do banqueiro Daniel Vorcaro que apontavam vínculos com Moraes.

Moraes, então, utilizou o inquérito das fake news para pedir a investigação do colega por supostas irregularidades nas apurações sobre o Master e o INSS. Fachin retirou essas acusações do inquérito e, dias depois, em 9 de setembro, afastou Moraes da condução do caso.

GABRIELA HARDT

Lava Jato: Fux reintegra juíza do 'copia e cola' punida pelo CNJ

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

ROSINEI COUTINHO/STF



A juíza federal Gabriela Hardt, que sucedeu Sérgio Moro na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, foi reintegrada à magistratura por decisão do ministro Luiz Fux (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela havia sido afastada por dois anos, em agosto, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob suspeita de ter autorizado o redirecionamento de R$ 2,5 bilhões que deveriam ser destinados aos cofres públicos para a criação de uma fundação privada ligada a procuradores da finada Operação da Lava Jato.

Gabriela Hardt não se manifestou sobre a decisão de Fux.

O ministro suspendeu a punição de dois anos de afastamento aplicada à magistrada, que previa o pagamento de salários proporcionais ao tempo de serviço. Com a decisão, Gabriela Hardt poderá voltar a exercer suas funções e receber os vencimentos integrais até o julgamento definitivo do mandado de segurança - ação usada para proteger direitos contra atos considerados abusivos - apresentado por sua defesa. A contagem do prazo da punição também fica suspensa.

A apuração que condenou Hardt no CNJ teve origem em uma correição extraordinária que analisou a forma como foram administrados e destinados valores relacionados a acordos da Lava Jato. O foco principal é a decisão de Hardt, em janeiro de 2019, que homologou o Acordo de Assunção de Compromissos firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), a Petrobras e autoridades dos Estados Unidos.

O instrumento previa a destinação de cerca de R$ 2,5 bilhões provenientes de uma parcela de multas pagas pela estatal em acordos celebrados no exterior e estabelecia a criação de uma fundação privada para administrar parte desses recursos.

Fux também determinou que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) suspenda a punição e permita que Gabriela Hardt volte a trabalhar como juíza, com salário integral, assim que terminar sua licença médica.

Na avaliação do CNJ, os acordos da Lava Jato apresentavam problemas porque permitiriam a administração privada de valores atribuídos ao Brasil sem previsão legal e sem submissão ao processo orçamentário. O relator do caso do CNJ, conselheiro Rodrigo Badaró, apontou que o acordo firmado com os EUA não indicava o MPF do Paraná nem a 13.ª Vara Federal de Curitiba como responsáveis pela gestão dos recursos.

Segundo o CNJ, Gabriela Hardt tomou a decisão sem consultar previamente a União, a Advocacia-Geral da União (AGU) e outras autoridades federais responsáveis pela administração de recursos públicos.

No julgamento do CNJ, realizado em 4 de agosto, o conselheiro Badaró apontou circunstâncias que "devem ser consideradas em favor da magistrada".

"Não há prova de participação da processada (Hardt) na elaboração do acordo ou de algum tipo de benefício ilícito a lhe aproveitar, reconhecendo-se ainda que assumiu a condução da 13ª Vara Federal de Curitiba em contexto abrupto dada a perda de servidores experientes e funcionamento interno historicamente centralizado no titular anterior", ressaltou Badaró.

DOENÇA

Vacinação da gripe: menos de 2% dos municípios alcançam 'meta ótima'

BÁRBARA MARQUES/AE

Apenas 86 municípios aparecem na classificação de "meta ótima" de vacinação contra a gripe no painel do Ministério da Saúde, na estratégia de 2026 para Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O número corresponde a 1,68% dos municípios contabilizados nesse recorte, segundo atualização desta segunda-feira.

A cobertura entre os grupos prioritários - crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes e pessoas com 60 anos ou mais - está em 52,75%. O objetivo da estratégia é vacinar pelo menos 90% desse público.

A maior concentração de municípios está na faixa de cobertura entre 41% e 60%: são 2.906 cidades, o equivalente a 56,76% das contabilizadas no painel. Outras 1.613 localidades, ou 31,50%, apresentam taxas de imunização entre 61% e 80%.

A Região Norte tem uma estratégia própria, com campanha no segundo semestre, em razão das particularidades climáticas e epidemiológicas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Questionado sobre a cobertura abaixo da meta e as medidas para ampliar a vacinação, o Ministério da Saúde ressalta que os dados são preliminares e informa que enviou mais de 70 milhões de doses a estados e municípios desde o início da Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, em 28 de março.

O ministério também destaca que, em agosto, a imunização contra gripe foi incluída na Campanha de Multivacinação, que disponibilizou mais de 20 vacinas do calendário nacional.

"A vacina segue disponível gratuitamente nas unidades de saúde do SUS", diz a pasta, em nota.

MAIS UM ENGODO

Relator do projeto do voto distrital pretende votar matéria em novembro

GILBERTO BARBOSA/AE

Relator do projeto que institui o voto distrital misto, o deputado federal Domingos Neto (PSD-CE) afirmou que tem a intenção de votar a proposta na Câmara dos Deputados até o final de novembro. Para o parlamentar, a medida favorece o acompanhamento dos candidatos eleitos.

A proposta prevê a distribuição dos votos através de distritos eleitorais, ao contrário do modelo proporcional por estado. Metade das cadeiras seriam destinadas aos candidatos pelo critério distrital, enquanto a outra parte seria preenchida de acordo com a lógica proporcional partidária atual. O voto do eleitor contaria tanto para os postulantes aos cargos quanto para as legendas.

Cada distrito teria direito a eleger um deputado federal e dois deputados estaduais para estados com mais de 12 deputados. Os que não se enquadram nessa regra podem eleger três deputados estaduais por distrito, além de um federal. Ainda segundo a proposta, uma em cada três vagas por partido deverão ser destinadas para candidaturas femininas.

O PL modifica o projeto apresentado em 2017 pelo então senador José Serra (PSDB-SP), que previa duas votações: uma para os parlamentares e outra para as listas. "Os nossos estudos mostram que, com um voto só, o sistema de correção diminui, já que a proporcionalidade já seria feita entre os distritos", afirma Domingos.

SANTA CATARINA

Ex-boxeador é preso por espancar até a morte vendedor de concessionária

ADRIANA VICTORINO/AE

O ex-boxeador Thiago Cristofer dos Santos, de 24 anos, foi preso suspeito de espancar até a morte um vendedor de carros de 43 anos na noite de sábado, em Balneário Camboriú, no litoral de Santa Catarina.

Segundo a Polícia Civil, a vítima foi agredida com socos e chutes, principalmente na cabeça, e morreu no local.

O crime ocorreu em frente a uma concessionária de veículos, na região da Praia dos Amores. Thiago foi detido pela Polícia Militar e levado à delegacia. Em depoimento, Thiago afirmou que as agressões foram motivadas por uma questão pessoal. A Polícia Civil não informou detalhes sobre o desentendimento.

A polícia ouviu os envolvidos e acompanhou a perícia no local para esclarecer as circunstâncias do homicídio.

Thiago foi preso em flagrante por homicídio e encaminhado ao Presídio Masculino de Itajaí. No domingo, 8, a Justiça de Santa Catarina converteu a prisão em flagrante em preventiva.

Thiago tem um histórico de conquistas no boxe. Foi seis vezes campeão catarinense, conquistou títulos estaduais no Paraná e em São Paulo, venceu os Jogos Abertos dos dois Estados e foi campeão brasileiro. Em 2021, integrou a delegação brasileira no Campeonato Mundial Juvenil de Boxe.

STF

Ministro Fachin arquiva inquérito das Fake News

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin (**foto**), determinou ontem o arquivamento definitivo do chamado inquérito das Fake News.

Fachin atendeu a um pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Para a PGR, o inquérito já cumpriu o objetivo da investigação.

A decisão de Fachin não anula os procedimentos investigatórios que já foram realizados desde a instauração do inquérito, em 2019.

As ações penais oriundas das investigações permanecem válidas, e as investigações autônomas que estão em curso ficarão mantidas.

Ao determinar o arquivamento, Fachin ressaltou que o inquérito das Fake News não pode tramitar de forma perpétua.

"Não se encontra fundamento bastante para a manutenção indefinida do procedimento originário como eixo aglutinador de sucessivas linhas investigativas sem reavaliação concreta da necessidade de sua continuidade como investigação matriz", afirmou.

Em setembro, Fachin retirou do ministro Alexandre de Moraes a relatoria do inquérito das Fake News, que foi aberto em março de 2019.

Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a abertura como forma de combater a veiculação de notícias que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Moraes como relator do caso.

Além do inquérito principal, Fachin identificou 108 procedimentos investigatórios que foram abertos por Moraes ao longo dos sete anos de tramitação.

ROSINEI COUTINHO/STF



Ataques pelas redes

PF investiga ameaças a Ana Elisa e ministério reforça segurança

LÓREN SOUZA/AE

A Polícia Federal (PF) investiga ameaças de morte e de estupro sofridas pela deputada federal eleita Ana Elisa Santos Silva (PT-MG). Nas redes sociais, a jovem de 21 anos tem denunciado as intimidações, além de ataques racistas que vem sofrendo no decorrer da campanha eleitoral e após o fim do pleito.

No sábado passado, a deputada eleita publicou nas redes um vídeo em que lê um e-mail, recebido em 11 de outubro, em que o autor afirma saber onde a jovem mora, diz que vai invadir sua casa, descreve uma série de agressões sexuais que pretende realizar e diz ter intenção de matá-la.

O caso de Ana Elisa está sendo apurado pela Delegacia da Polícia Federal em Divinópolis, Minas Gerais, e tem apoio da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos.

Além disso, a PF divulgou que atua em cooperação com órgãos nacionais para identificar os responsáveis. Há também pedidos de cooperação policial internacional para obtenção de mais informações sobre os autores das ameaças. Detalhes sobre a investigação serão mantidos em sigilo.

Diante das ameaças, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) reforçou a proteção de Ana Elisa. Segundo o órgão, medidas de segurança já estão em execução por entidades nacionais, estaduais e locais. O MJSP afirma ainda que a Força Nacional de Segurança Pública atua em apoio.

"O MJSP reafirma que ameaças e discursos de ódio, em especial de cunho racista e misógino, são inaceitáveis e devem ser apurados com máximo rigor. O Ministério acompanha as investigações e a evolução do cenário de risco, com ajuste das medidas de proteção sempre que necessário", escreve em nota.

Ana Elisa concorreu neste ano à sua primeira eleição e recebeu cerca de 524 mil votos, tornando-se a parlamentar mais jovem da Câmara desde 1994. Ela assume o mandato em fevereiro de 2027.

No decorrer de sua campanha, ela já relatava receber ameaças de violência sexual e assassinato, além de mensagens racistas, mas elas teriam se intensificado após o primeiro turno das eleições, ocorrido em 5 de outubro.

No vídeo, Ana Elisa afirmou que depois de denunciar as ameaças passou a ser escoltada. Segundo ela, as medidas de segurança têm afetado sua liberdade.

"Sou uma mulher de 21 anos e adoraria estar sentada num bar como uma pessoa comum e não com uma escolta na porta da minha casa, esperando eu dizer se eu vou virar à direita ou à esquerda. Eu não gostaria de estar vivendo isso. Eu adoraria não ter perdido a minha liberdade", disse a jovem deputada eleita.

Distrito Federal

CLDF vota proposta que libera reeleição de membros da Mesa Diretora

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) deve votar, hoje, a proposta que autoriza deputados distritais reeleitos que hoje integram a Mesa Diretora a voltarem a disputar o comando da Casa durante os dois primeiros anos da próxima legislatura (2027-2029).

Aprovada em primeiro turno em 27 de outubro (por 17 votos a 6), a Proposta de Emenda à Lei Orgânica (Pelo) nº 22/2026 consta da pauta da próxima sessão ordinária, quando deve ser votada em segundo turno, em caráter conclusivo.

Apresentada pelo Pastor Daniel de Castro (PP) e por outros parlamentares, a iniciativa mantém os mandatos de dois anos dos integrantes da Mesa Diretora da CLDF e proíbe a reeleição dentro da mesma legislatura, nas eleições de meio de mandato, mas permite que os deputados que renovarem seus mandatos disputem a permanência no comando da Casa ao iniciar uma nova legislatura.

Se aprovada, a proposta permitirá que oito dos nove atuais membros da Mesa Diretora reeleitos nas últimas eleições gerais disputem a permanência nos mesmos postos de direção da Casa legislativa que já ocupam, incluindo o deputado distrital Wellington Luiz (MDB), que preside a CLDF desde 2023, e o próprio Pastor Daniel Castro, atual primeiro-secretário da Mesa.

Segundo Castro, a proposta aprovada em primeiro turno alinha a Lei Orgânica distrital ao que estabelece a Constituição Federal.

Em seu Artigo nº 57, a Carta Magna fixa mandatos de dois anos para os membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado, proibindo a recondução ao mesmo cargo na eleição subsequente, ou seja, a de meio de mandato.

"Na prática, o texto [da proposta] retoma a norma original da Lei Orgânica que proibia a reeleição dentro da mesma legislatura, tal como está na Constituição Federal. Numa nova legislatura, não há o impedimento, pois se trata de uma nova composição da Casa Legislativa", sustenta Castro na justificativa do projeto.

O texto constitucional não é claro sobre a hipótese de parlamentares reeleitos disputarem a permanência na direção das Casas no início de uma nova legislatura.

Ainda assim, desde 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem rejeitando a possibilidade de reeleições ilimitadas.

No julgamento de sete ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), incluindo uma alusiva ao Distrito Federal (ADI nº 6.708), prevaleceu o entendimento de que a proibição constitucional de reeleição para dirigentes das Mesas do Congresso Nacional não se aplica obrigatoriamente aos estados, municípios e ao Distrito Federal, mas que isso não significa autorização para reconduções sucessivas, indefinidamente.

"A perpetuação dos presidentes das Assembleias Legislativas estaduais na direção da administração dessas casas é incompatível com os princípios republicano e democrático, que exigem a alternância de poder e a temporariedade desse tipo de mandato", afirmou o ex-ministro Luís Roberto Barroso em uma das decisões, na qual sustentou a inconstitucionalidade da reeleição ilimitada para mandatos consecutivos.

Apesar das decisões do STF, em agosto de 2024, 22 deputados distritais votaram, antecipadamente, a favor da manutenção dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reconduzindo o então presidente Wellington Luiz (MDB) para um novo mandato de dois anos.

Por força de um acordo entre os deputados distritais, além de Wellington Luiz, em 2024 também foram reeleitos para um novo biênio os deputados distritais Ricardo Vale (vice-presidente); Pastor Daniel de Castro (primeiro secretário); Roosevelt Vilela (segundo secretário); Martins Machado (terceiro secretário); Robério Negreiros (quarto secretário); Jorge Vianna (ouvidor) e Joaquim Roriz Neto (corregedor).

Todos os oito foram reeleitos deputados distritais nas últimas eleições e, portanto, poderão disputar um cargo na Mesa Diretora da CLDF.

A única integrante da atual Mesa Diretora que não obteve um novo mandato como deputada distrital é a segunda vice-presidenta, Paula Belmonte (PSDB), que disputou o governo do Distrito Federal e terminou em terceiro lugar no primeiro turno.

PRIMEIRO TURNO

Durante a votação de primeiro turno da proposta, o deputado distrital Thiago Manzoni (PL), relator da Pelo nº 22/2026, manifestou preocupação com a possibilidade de o texto em discussão ser julgado inconstitucional, propondo um texto substitutivo que explicitasse que, em nenhuma hipótese, o deputado distrital exercerá mais de dois mandatos consecutivos no mesmo cargo da Mesa Diretora, ainda que em legislaturas distintas. A proposta não foi adiante por uma questão regimental.

Turquia

COP31 pode consolidar legado brasileiro na agenda climática

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31) começou ontem, em Antália, na Turquia, com protagonismo do Brasil. Anfitrião da última edição, que ocorreu no ano passado em Belém, o país deixou um conjunto de iniciativas para orientar as discussões deste ano.

Deste legado, destacam-se os mapas do caminho sobre redução dos combustíveis fósseis e sobre o combate ao desmatamento. Esses documentos funcionam como um guia de estratégias práticas para que os países alcancem emissões líquidas zero até 2050 e revertam a degradação florestal até 2030.

Para especialistas como a diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto, o evento na Turquia precisa mostrar como as iniciativas lançadas em Belém estão se traduzindo em resultados concretos.

"O Brasil tem muito a contribuir nesse processo, tanto por sua experiência na redução do desmatamento quanto por sua capacidade de desenvolver soluções que conectam conservação, desenvolvimento econômico e financiamento climático", avalia Maria Netto.

A diretora de políticas públicas da The Nature Conservancy Brasil, Karen Oliveira, destaca que é o momento de a liderança brasileira mostrar que conseguiu construir um legado.

"O Brasil pode mostrar em Antália que a liderança climática não se encerra ao presidir uma COP: ela se confirma quando compromissos internacionais se tornam transformação econômica, proteção da natureza e melhoria da vida das pessoas", disse Karen.

A líder de estratégia internacional do WWF-Brasil, Tatiana Oliveira, destacou a possibilidade de o país assumir protagonismo na implementação da agenda climática e na mobilização de governos, sociedades e instituições internacionais.

"Essa coordenação é complexa, mas possível. A diplomacia brasileira já demonstrou, em diferentes ocasiões, sua capacidade de construir essas pontes. O desafio agora é transformar essa articulação em resultados concretos para as pessoas e para o planeta", disse Tatiana.

SUL GLOBAL

A valorização e ampliação do Sul Global é vista como fundamental pela pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apoiada pelo Instituto Serrapilheira, Celina Rodrigues.

"Países como o Brasil têm uma enorme contribuição a oferecer, tanto pela diversidade de seus ecossistemas quanto pela capacidade científica que vêm desenvolvendo. Precisamos não apenas produzir conhecimento, mas também ter voz ativa nas discussões e decisões que definirão os caminhos para o futuro climático", disse Celina.

O coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), José Marengo, destacou a participação do presidente Lula no evento da Turquia.

"Isso demonstra o interesse do governo brasileiro pelo meio ambiente e pela proteção da Amazônia. Um dos objetivos será buscar novos recursos para o Tropical Forest Forever Facility (TFFF), o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado na COP30 e que já conta com bilhões de dólares em compromissos financeiros anunciados", disse Marengo.

A COP das Mudanças Climáticas é a última das três convenções do meio ambiente que será realizada em 2026. Nos meses anteriores, os países se reuniram nas COPs da Desertificação, na Mongólia, e da Biodiversidade, na Armênia.

Uma das expectativas é de que a conexão entre as três agendas ambientais seja fortalecida ao fim do evento na Turquia, segundo o diretor de políticas do Instituto Relva, Gabriel Lui.

Em novembro do ano passado, países que lideram as conferências mais recentes assinaram, em Belém, a Declaração Conjunta sobre Sinergias entre as Convenções do Rio, para unificar esforços globais contra as crises ambientais interconectadas.

"Espero que a agenda de ação sobre a sinergia entre as três convenções (clima, biodiversidade, desertificação), proposta pela presidência da Turquia, possa definir procedimentos para ganho de eficiência e escala da implementação conjunta entre os três fóruns de decisão", diz Gabriel.

Prevenção

Defesa Civil diz não haver motivo para pânico por kit de emergência

Em nova publicação nas redes sociais no domingo, a Defesa Civil Nacional buscou tranquilizar a população a respeito da recomendação para a confecção de kit de emergência, afirmando que a medida é preventiva, não havendo motivo para gerar pânico.

"Calma! Falar de kit de emergência não é sinal de perigo, é sinal de que prevenir faz parte da rotina", diz a legenda do post em que a Defesa Civil pede para que "não criemos pânico".

A nova publicação foi realizada dois dias após uma primeira, em que a Defesa Civil incentivou os brasileiros a prepararem um kit de emergência como "uma atitude importante de prevenção", uma vez que em desastres de grandes proporções a ajuda pode demorar a chegar. Segundo a orientação do órgão, é recomendável que todos tenham já organizado um kit de emergência que possa atender necessidades básicas por 72h, composto por itens como dois litros de água potável diários por pessoa, alimentos não perecíveis, tais como enlatados e frutas secas, e medicamentos de uso contínuo e para emergência, bem como um para primeiros socorros.

A recomendação ganhou repercussão online, com muitos comentários classificando a iniciativa da Defesa Civil de "exagero", enquanto outros usuários de redes sociais compartilharam o receio de que algum desastre estivesse prestes a acontecer.

Em nota divulgada na noite de sábado, o Ministério da Integração e Desenvolvimento, pasta a qual a Defesa Civil está vinculada, esclareceu que a recomendação sobre o kit "não está relacionada a qualquer alerta nacional ou a uma previsão de interrupção generalizada".

REUNIÃO EM ABU DHABI

Von der Leyen diz que cessar-fogo na Ucrânia é fundamental

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse ontem, que a Rússia deve interromper os combates na Ucrânia antes que possam ser realizadas conversas "significativas" sobre arranjos de segurança mais amplos na Europa.

"Qualquer discussão significativa sobre a arquitetura de segurança da Europa só pode ser realizada uma vez que um cessar-fogo na Ucrânia tenha sido alcançado, e deve ocorrer em um fórum apropriado, em particular com os aliados da Otan e membros da UE", disse von der Leyen a jornalistas na Romênia antes das negociações mediadas pelos Estados Unidos em Abu Dhabi

A líder europeia também anunciou que a Comissão Europeia e o Conselho Europeu enviariam funcionários do alto escalão para as negociações de paz trilaterais nos dias 10 e 11 de novembro.

Von der Leyen também informou que a Comissão Europeia está alocando um adicional de 10 milhões de euros às autoridades romenas para operações de busca e resgate no Mar Negro. Segundo ela, os esforços para tornar o Centro de Segurança Marítima do Mar Negro operacional seriam acelerados. m livro de memórias,

FALASTRÃO GOLPISTA

Trump alega fraude e coloca em dúvida eleições do dia 3

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, colocou em dúvida ontem, a legitimidade do resultado das eleições de meio de mandato, nas quais os republicanos perderam a maioria no Congresso.

"Alguém realmente acredita que esta 'Eleição' foi honesta? Como as pesquisas poderiam estar tão erradas?", escreveu no Truth Social.

Trump ainda fez alegações vagas sobre pesquisas, "despejos" de votos e "máquinas" sem fornecer evidências específicas do que isso se referia e se ele acreditava que houve erro ou irregularidade.

Os democratas retomaram ambas as câmaras do Congresso nas eleições da semana passada. Em entrevista ao *The New York Times* na semana passada, Trump disse que estava "disposto a aceitar os resultados". Até hoje ele não reconhece a derrota que sofreu nas eleições presidenciais de 2020 para Joe Biden e diz que o pleito foi fraudulento, sem apresentar provas.

TRUMP/PORTA-VOZ

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou no domingo passado que estava apenas brincando ao sugerir que poderia nomear o presidente do Ultimate Fighting Championship (UFC), Dana White, como próximo porta-voz da Casa Branca - após publicar nas redes sociais que havia oferecido o cargo ao amigo próximo.

Depois das derrotas expressivas de seu partido nas eleições de meio de mandato da terça-feira passada, Trump promoveu mudanças na equipe na sexta-feira ao substituir o chefe de gabinete. No sábado, ele voltou ao assunto em uma postagem, dizendo que havia oferecido a função de porta-voz a White. Ontem, disse que foi "só uma brincadeira".

"Eu estava brincando, mas acho que Dana gosta da ideia, e ele é um cara muito capaz", afirmou Trump a jornalistas na Flórida, antes de embarcar para Washington. White deve visitá-lo na Casa Branca nesta segunda-feira.

As vitórias de candidatos democratas, inclusive em redutos que estavam sob controle republicano havia décadas, levaram o Partido Republicano a perder a maioria nas duas casas do Congresso.

Na sexta-feira, Trump nomeou o assessor de longa data Stephen Miller como novo chefe de gabinete, no lugar de Susie Wiles. Miller é apontado como o arquiteto das políticas de imigração de linha-dura do governo. Atualmente, Trump está sem porta-voz: ele chegou a passar a função, por pouco tempo, para Katie Zacharia, que enfrentou dificuldades nas coletivas e em entrevistas e deixou o cargo após cinco dias.

LIVRO

Biden: Trump deve levar peso do ataque ao Capitólio 'até o túmulo'

O ex-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, escreve em seu livro de memórias sobre o período na Casa Branca que Donald Trump - seu antecessor e, ao mesmo tempo, seu sucessor - causou danos profundos ao país e ao mundo com uma administração determinada a "destruir instituições e incitar o ódio".

O democrata, de 83 anos, afirmou que os anos de mentiras de Trump, de 80 anos, sobre sua derrota para Biden em 2020 e sobre os ataques ao Capitólio em 6 de janeiro, deveriam "segui-lo até o túmulo".

A dura crítica de Biden aparece no primeiro trecho de "Promise Me, America" ("Prometa-me, América"), publicado ontem pela revista *The Atlantic*. O livro de memórias completo do 46º presidente tem lançamento previsto para 17 de novembro.

Biden informou que, embora os médicos estejam otimistas com sua resposta ao tratamento contra o câncer, suas atividades de divulgação do livro serão limitadas devido ao seu estado de saúde.

"Donald Trump liderou uma insurreição", escreveu Biden sobre o ataque realizado por apoiadores de Trump no momento em que o Congresso dos EUA se reunia para certificar a eleição de 2020, vencida pelo democrata.

"Seu objetivo era permanecer no poder depois que o povo americano votou para tirá-lo do cargo."

"Os invasores não eram 'manifestantes pacíficos'", escreveu ele. "Eles vieram armados para impedir a certificação oficial de uma eleição legítima." Biden também criticou Trump por ter concedido, posteriormente, mais de 1.500 perdões aos envolvidos nos atos.

"Até hoje, Trump e seus apoiadores continuam a posar e se exibir como defensores das forças de segurança", escreveu Biden.

"Na minha visão: não dá para fechar os olhos enquanto policiais são socados, atingidos por objetos, atacados com sprays e brutalizados, e ainda se autodenominar um amigo das forças de segurança. O que Trump fez em 6 de janeiro de 2021 jamais deveria ser esquecido. Isso deveria segui-lo até o túmulo."

Biden também lamenta a criação, por parte de Trump, do Departamento de Eficiência Governamental, bem como a reversão agressiva de muitas de suas políticas - especialmente aquelas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

"Todos os presidentes precisam lidar com a sensação de que seu legado está vulnerável ao pêndulo da política e aos caprichos de seus sucessores", escreveu Biden.

"No meu caso, esse sentimento foi amplificado pela natureza desdenhosa e destrutiva de Donald Trump, que parecia incapaz de tolerar a ideia de que as realizações de outra pessoa poderiam servir de base para futuras construções, em vez de serem simplesmente destruídas."

REPUTAÇÃO DE BIDEN

O lançamento do livro de memórias ocorre logo após uma vitória expressiva dos correligionários democratas de Biden sobre os republicanos nas eleições de meio de mandato - conquistando maiorias amplas e surpreendentes na Câmara e no Senado, além de assumir o controle de várias legislaturas estaduais, em uma rejeição contundente a um eventual segundo mandato de Trump.

Contudo, o retorno de Trump ao poder, dois anos antes, já havia representado, por si só, uma rejeição ao único mandato de Biden na Casa Branca; muitos eleitores ainda mantêm uma visão cética tanto sobre sua presidência quanto sobre seu partido.

Em uma longa publicação nas redes sociais no domingo, Biden apresentou seu livro de memórias como a melhor forma de explicar seu período na presidência: "os desafios que enfrentamos, as decisões que tomei e as razões por trás delas".

Ao longo de seus quatro anos de mandato, Biden enfrentou a pandemia de covid-19 e suas consequências econômicas, além de trabalhar para restaurar alianças globais que haviam sido desgastadas por Trump.

No entanto, ele lidou com preocupações generalizadas a respeito de sua idade e acabou desistindo de sua candidatura à reeleição após um debate desastroso contra Trump, em junho de 2024. Sob o peso da inflação persistente e de outras questões, a vice-presidente de Biden, Kamala Harris, foi derrotada por Trump em novembro daquele ano.

Meses após deixar o cargo, Biden anunciou que havia sido diagnosticado com câncer de próstata. Ele falou abertamente sobre sua condição na publicação feita nas redes sociais no domingo, afirmando que "não conseguirá participar de tantas conversas sobre o livro quanto gostaria" e pedindo que as pessoas deixem que a própria obra fale por ele.

PARAGUAI

Novo presidente pede renúncia de todos os ministros e de autoridades

ADRIANA VICTORINO/AE

O novo presidente do Paraguai, Pedro Alliana, pediu ontem, que todos os ministros e outros integrantes do alto escalão do governo que ocupam cargos de confiança coloquem seus postos à disposição. A medida foi comunicada por meio de uma publicação no X e formalizada em um documento enviado às autoridades do Poder Executivo.

Alliana afirmou que orientou o ministro-secretário-geral e chefe do Gabinete Civil, Rolando de Barros Barreto Acha, a solicitar a saída dos ocupantes desses cargos. O pedido também abrange secretários, dirigentes de órgãos autônomos, autarquias, entidades financeiras públicas e empresas estatais.

"Meu objetivo é fortalecer a coordenação dentro do governo e garantir uma gestão mais eficiente, focada nas prioridades do povo paraguaio", escreveu o presidente no X.

O documento, datado de 9 de novembro, esclarece que a solicitação se aplica apenas aos ocupantes de cargos de confiança cuja nomeação e exoneração dependem de decisão do Poder Executivo, conforme a legislação paraguaia.

"Ficam excluídas desta solicitação as autoridades cuja nomeação ou exoneração esteja sujeita a mandato legal, acordo ou intervenção de outro órgão do Estado, bem como aquelas que, de acordo com suas respectivas leis orgânicas, só podem ser destituídas mediante a configuração prévia de causas legalmente estabelecidas", diz o documento.

Apesar do pedido de renúncia, o governo informou que os funcionários deverão continuar exercendo suas atividades para evitar interrupções nos serviços públicos.

"Todas as instituições continuarão funcionando com completa normalidade", afirmou Alliana na publicação.

No comunicado, o governo também orientou as autoridades a adotarem as medidas necessárias para garantir a continuidade das atividades administrativas durante a reorganização do Executivo.

FRANÇA

Sindicatos convocam nova greve geral para dia 17 após reunião com governo

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A secretária-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) da França, Sophie Binet, anunciou novas paralisações para 17 de novembro, após uma reunião com o governo francês realizada ontem em Matignon. Ela classificou como "migalha" a decisão da gestão Macron de revalorizar o salário mínimo em 1,6% a partir de 1º de dezembro.

"Enquanto os salários não aumentarem, enquanto não tivermos uma resposta às nossas reivindicações, a mobilização continuará. Agora, negociações devem ser abertas em todos os lugares. Elas devem resultar em aumentos salariais", afirmou Binet em entrevista coletiva.

Mais cedo, o primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, anunciou um pacote de medidas para reforçar o poder de compra e estimular reajustes salariais, em resposta à onda de protestos no país. O eixo central é a antecipação do aumento do salário mínimo: o reajuste de 1,6% passará a valer em 1º de dezembro, e não em 1º de janeiro de 2027, levando o piso a cerca de 1.502 euros líquidos por mês, alta de 24 euros.

Binet, porém, minimizou o alcance do anúncio. "Sabemos que, a princípio, o salário mínimo deveria aumentar automaticamente em 18 euros em 1º de janeiro. O governo nos anuncia, portanto, um acréscimo de 5 euros. Cinco euros é um quilo de tomate", criticou, ao lembrar que a CGT havia pedido um reajuste de 10%.

UNIÃO

Na França, astro do judô anuncia candidatura à Presidência do país

O astro do judô Teddy Riner (**foto**) quer ser o próximo presidente da França. O múltiplo campeão olímpico de 37 anos, que é consistentemente classificado entre as figuras públicas favoritas da França, anunciou sua candidatura nas redes sociais ontem.

Riner, que tem visões econômicas liberais, disse em entrevista ao jornal Le Parisien que está se posicionando como "nem de direita nem de esquerda" e espera se tornar um "presidente que une as pessoas".

Questionado se sua candidatura deve ser levada a sério, Riner afirmou que "o que seria irresponsável seria permanecer em silêncio e assistir como espectador ao que está acontecendo em nosso país, e o que vem acontecendo há vários anos".

A eleição presidencial francesa será realizada no próximo ano, e a campanha ocorre em um clima social tenso. Marchas de protesto têm atraído grandes multidões há semanas em Paris e em outras partes da França, enquanto manifestantes exigem salários mais altos e apoiam o movimento estudantil do país, aumentando a pressão sobre o governo já em dificuldades.

Riner disse estar ciente das tensões sociais que atravessam o país e que não pode aceitar que jovens e gerações mais velhas digam que estão lutando para imaginar um futuro para si mesmos. O atleta frisou em setembro que quer encerrar sua carreira com uma quarta medalha de ouro olímpica individual nos Jogos de Los Angeles em 2028. Perguntado pelo Le Parisien se sua candidatura presidencial significa que ele está desistindo das Olimpíadas, o peso-pesado de 2,04 metros respondeu que não.

De acordo com pesquisas de opinião, a nacionalista Marine Le Pen é a favorita para substituir Emmanuel Macron, à frente do líder da extrema esquerda Jean-Luc Mélenchon. Outros aspirantes incluem dois ex-primeiros-ministros de Macron. Candidatos da esquerda moderada e direita, do partido Verde e conservadores, também estão concorrendo.

WIKIPÉDIA

